

SENADOR

EDIÇÃO 02 | FEVEREIRO | 2021

# ZEQUINHA MARINHO

**R\$ 72  
MILHÕES**

**ESSE É O VALOR DAS EMENDAS  
GARANTIDAS AO PARÁ**

**PRONAMPE**  
**SENADO AMPLIA CRÉDITO  
PARA EMPRESAS**

**AGROPECUÁRIA**  
**ZEQUINHA ASSUME O  
COMANDO DA FPA NO SENADO**

# EDITORIAL

Este será um ano de superação, de intensificar os trabalhos para que o país deixe pra trás os danos provocados pela pandemia. Infelizmente, nem todo o mal poderá ser superado. Algumas perdas são irreparáveis e voltar o tempo não nos é possível. É tempo de olhar pra frente, de arrancar a erva daninha e preparar a terra para que a vida possa brotar novamente, mais vigorosa e pujante que antes. Disso somos capazes!

No ano que passou, fizemos bastante para frear os impactos negativos da pandemia. Em 2020, o Senado Federal se renovou e implantou o Sistema Deliberativo Remoto (SDR) para a votação de matérias legislativas de caráter urgente. Apesar das medidas de restrição, não paramos. Fomos protagonistas de importantes medidas como a deliberação do decreto de calamidade pública, votamos o auxílio emergencial, beneficiado milhares de brasileiros desamparados. Também garantimos crédito para as micro e pequenas empresas como forma de preservar os empregos e evitar um impacto maior em nossa economia.

Neste contexto, em maio de 2020, logo nos primeiros meses da pandemia, apresen-

tei parecer favorável ao PL 1.543/2020. O projeto prorroga as dívidas rurais pelo período mínimo de 12 meses. Assim como outras importantes matérias votadas no Congresso, esta proposta vem para amenizar a crise decorrente do estado de calamidade relacionado ao coronavírus.

Além de trabalhar para que os brasileiros tivessem condições para melhor enfrentar os efeitos da pandemia, garantimos recursos financeiros a fim de que o estado e os municípios paraenses não parassem com as obras fundamentais para o desenvolvimento regional. Foram mais de R\$ 72 milhões em emendas apresentadas e conquistadas por mim neste segundo ano de mandato. Muito por conta da crise sanitária, direcionamos cerca de 60% deste dinheiro para a área da saúde, ajudando a salvar vidas em nosso estado.

Estou certo que o ano que se inicia será mais desafiador do que esse que passou. Precisamos pautar e votar medidas que fortaleçam nossa economia, que atendam as carências sociais da população e que ponham novamente o país no trilho para retomar o crescimento.



**SENADOR  
ZEQUINHA MARINHO**

## EXPEDIENTE

Esta é uma publicação do Gabinete do Senador Zequinha Marinho (PSC-PA), impressa pela Gráfica do Senado Federal, em consonância com o Ato nº 06/2002 da Comissão Diretora que dispõe sobre impressões gráficas. De acordo com este Ato, a Secretaria de Editoração e Publicações editora e imprime os trabalhos de autoria dos senadores referente às matérias de natureza constitucional ou legal, assuntos históricos ou culturais de interesse legislativo, separatas de projeto de lei, leis, discursos, requerimentos de informações e síntese de atividades parlamentares.

### CHEFE DE GABINETE

Alexandre Bodani

### ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Áurea Gomes  
Guel Fegalhi  
Marcelo Barbosa  
Martha Dollinger  
Michel Jorge  
Yuri Age

### TEXTOS

Martha Dollinger  
Yuri Age

### DIAGRAMAÇÃO

Calazans Souza

### ARTE E INFOGRÁFICOS

Ronaldo Magno

### FOTOS DESTA EDIÇÃO

Agência Senado, Agência Pará  
e Marcelo Barbosa

### Gabinete Senador Zequinha Marinho

Senado Federal - Anexo II. Ala Teotônio Vilela - Gab. 18  
Brasília - Distrito Federal. CEP 70.165-900

### Escritório Regional Senador Zequinha Marinho

Avenida Rômulo Maiorana, 700. Ed. Vitta Office, Salas 1104 e 1105  
Marco - Belém-PA. CEP 66.040-036

@zequinhamarinhooficial  
 @ZequinhaMarinho  
 /zequinhamarinhooficial  
 www.zequinhamarinho.com.br

/zequinhamarinhosenador  
 /t.me/zequinhamarinhooficial  
 (61) 99881-0020

# SUMÁRIO

**10**

## APROVADO O NOVO FUNDEB

A medida libera mais recursos para a educação pública. A participação federal passará dos atuais 10% para 23%.



**14**

## REINSTALADA A FRENTE PARLAMENTAR PELO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

Senador Zequinha Marinho traz para o centro dos debates legislativos desenvolvimento regional.

**16**

## SENADOR ZEQUINHA NO COMANDO DA FPA

Ele será o responsável pela articulação das proposições relevantes para o fortalecimento da atividade agropecuária no Senado.

**22**

## MAIS DE R\$ 72 MILHÕES LIBERADOS EM EMENDAS

Do total das emendas garantidas pelo senador Zequinha, mais de 60% foi repassado para a área da saúde do estado e dos municípios paraenses.



## 35 PROJETO AMPLIA ATUAÇÃO DA CODEVASF NO PARÁ

Além de ampliar a atuação da companhia, o senador Zequinha defende a instalação de uma unidade regional no estado.



**38**

## PROGRAMA DE ACESSO AO CRÉDITO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Senado transforma Pronampe em política pública e facilita o acesso ao crédito.

**41**

## SENADOR AMPLIA PROGRAMA DE BANDA LARGA NA REGIÃO NORTE

O Programa Norte Conectado vai construir infraestrutura em fibra óptica para ligar 59 municípios de seis estados, entre eles o Pará.



## SENADOR ZEQUINHA FAZ UM BALANÇO DE 2020 E FALA SOBRE SUAS EXPECTATIVAS PARA ESTE ANO



**D**e forma unânime, 2020 foi visto como um ano de muitos desafios para a população do país. Na opinião do senador Zequinha Marinho, os obstáculos foram árduos, mas o Legislativo mostrou-se atuante na busca por soluções. Na enumeração das ações legislativas mais relevantes em 2020, o parlamentar elencou primeiramente o reconhecimento da situação de emergência, por meio da aprovação do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 88/20. “A homologação do Projeto de Decreto deu condições de o governo fazer toda uma adequação na gestão, modificação legal, resolver toda uma estrutura que precisou ser alterada, até que termine a pandemia”.

Nesta entrevista, o senador Zequinha Marinho faz um balanço de 2020 e aponta os principais debates que deverão ser alvo das discussões legislativas e fala de suas expectativas para o ano que se mostra desafiador e fundamental para a superação dos traumas provocados pela pandemia.

No ano que passou, foi preciso que o Senado Federal se reinventasse como forma de driblar a pandemia e votar importantes matérias para que o país tivesse condições de enfrentar aquele momento. Quais pontos da pauta de 2020 o senhor destacaria como fundamentais?

**Zequinha Marinho** - O governo socorreu 65 milhões de brasileiros que estavam em situação de dificuldade. A medida em que a atividade econômica é freada, a alimentação, vestimenta, saúde, tudo é paralisado. Assim, votamos o Auxílio Emergencial. Outro momento importante foi a aprovação do Pronampe. Esse projeto trouxe socorro às micro e pequenas empresas, facilitando o acesso ao crédito para que elas não viessem a quebrar literalmente. Tais empresas tem um papel extraordinário no Brasil e reconhecidamente fundamental na economia, porque empregam quase 60% de toda a massa trabalhadora.

**Os projetos destacados foram motivados pela pandemia, porém, outras matérias também foram votadas em 2020 e parecem ir além da crise sanitária e econômica. É o caso do projeto que prevê o pagamento por serviços ambientais. Quais os motivos para o Senado ter pautado essa matéria no ano que passou?**

**ZM** – Com a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA) começaremos a ter verdadeiramente uma política ambiental. Garantir a conservação do meio ambiente e a utilização dos bens naturais de forma sustentável, aliando métodos de produção responsáveis com a

manutenção da floresta foi e continua sendo urgente. Este projeto foi amplamente debatido até que chegamos num nível de amadurecimento em que foi possível votá-lo. Espero que possamos compreender em profundidade tudo que isso significa, o pagamento por serviços ambientais. Nós colaboramos, ajudamos, tivemos um papel importante, para não deixar aprovar um parecer da forma que foi inicialmente concebido. Além deste projeto, destacaria também o Marco Legal do Saneamento Básico, que entrou no rol dos projetos fundamentais aprovados pelo Senado. Nosso compromisso com o meio ambiente, com o tratamento e despoluição das águas é permanente.



**Espero que possamos compreender em profundidade tudo que isso significa, o pagamento por serviços ambientais. Nós colaboramos, ajudamos, tivemos um papel importante, para não deixar aprovar um parecer da forma que foi inicialmente concebido**



**Urgente também foi a votação do novo Fundeb. Caso o Congresso não votasse a PEC que transformou o fundo em permanente, o país corria o risco de perder os recursos que são direcionados para a educação pública. Comente como foi esse momento no Senado.**

**ZM** – Assim que tive a felicidade de assumir o mandato no Senado pelo estado do Pará, fui designado relator da PEC 33/2019. Essa PEC foi a primeira a ser analisada pela Casa nesta nova legislatura. Também tornava permanente o Fundeb e, por entender a importância da matéria para o país, apresentamos em poucos meses o parecer favorável à PEC. Pensando em agilizar a tramitação no Congresso

Nacional, optou-se pela PEC 15/2015, que estava em processo mais adiantado na Câmara dos Deputados. Ambas tinham o mesmo objeto. Ao final, o que importa é que o Brasil teve assegurado os recursos do fundo que financia a educação pública e aumentou de 10% para 23% a complementação da União para ajudar estados e municípios nas ações de elevação da qualidade da educação.

**E em 2021? O que esperar deste ano que deverá ser o de superação da crise?**

**ZM** – Será um ano de muito trabalho. A vacina chegou e a população brasileira começa a se imunizar como meio mais eficaz de combate à pandemia. Este é um importante passo, sem dúvida. Ainda assim, vejo que o Congresso Nacional terá papel fundamental em outras áreas fundamentais para a superação da crise. É o caso da questão econômica e ações para ampliar a atratividade e competitividade do país. A aprovação do Marco Legal da Ferrovia é um desses temas o estão diretamente ligados à recuperação e o crescimento do país. Além disso, o Brasil precisa da Reforma Tributária – é extremamente importante trazer esse tema para a pauta, tentar enxugar e facilitar a vida do setor empreendedor. Minhas expectativas para 2021 são positivas. Espero que o Congresso possa voltar a se reunir novamente de forma presencial o mais breve possível, que as comissões retomem seus trabalhos, porque é nas comissões que nós aperfeiçoamos, lapidamos os projetos. A sessão remota, lamentavelmente, não nos dá essa condição. Com a vacina e a retomada dos trabalhos do Congresso, estou certo que 2021 será um ano de muito trabalho para que possamos reconstruir este país.

## NOVA LEIDOGÁS

O novo marco regulatório para o setor de gás (PL 4476/2020), aprovado pelos senadores no final de 2020, substituiu o modelo jurídico para exploração do serviço de transporte de gás natural e para a construção de gasodutos, trocando a concessão (em que a empresa precisa vencer um leilão promovido pelo governo) pela autorização (em que a empresa apresenta um projeto após chamada pública e aguarda a aprovação da Agência Nacional do Petróleo – ANP). A proposta, defendida pelo senador Zequinha Marinho, prevê mecanismos para viabilizar a desconcentração do mercado de gás, no qual a Petrobras participa com 100% da importação e processamento e cerca de 80% da produção. A ANP deverá acompanhar o mercado para estimular a competitividade, usando mecanismos como a cessão compulsória de capacidade de transporte, escoamento da produção e processamento; obrigação de venda, em leilão, de partes dos volumes de comercialização detidos por empresas com elevada participação no mercado; e restrição à venda de gás natural entre empresas nas mesmas áreas de produção.



## REGULAÇÃO DO TRANSPORTE DE CARGAS

Membro da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador Zequinha Marinho apresentou voto em separado ao PLC 75/2018. Esse é o projeto que regulamenta o transporte rodoviário nacional e internacional de cargas e que veio na esteira da greve dos caminhoneiros que parou o país em 2018. Para o senador, é preciso modernizar a legislação atual, permitindo que o Transportador Autônomo de Cargas (TAC), que é objetivamente o caminhoneiro, possa ser contratado diretamente pelo dono da carga. De acordo com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), 76% das empresas de transporte de cargas no Brasil possuem até três veículos automotores, classificados como TAC. Ocorre que, sem a possibilidade de contratação direta, os caminhoneiros tinham que ser subcontratados por empresas cargueiras de grande porte. Voltar a contratar fretes diretamente com os embarcadores é um antigo anseio da categoria, que foi atendido pelo voto em separado do senador Zequinha Marinho. Ele ressalta que a “contratação direta promoverá uma oferta maior de trabalho ao caminhoneiro, solucionando assim um grave problema social que aflige não só a classe dos caminhoneiros, mas também de todo o país, que depende do trabalho desses profissionais para o seu abastecimento”, justificou.

## INVESTIMENTOS LOGÍSTICOS NO PARÁ

A convite da Associação dos Terminais Portuários e Estações de Transbordo de Cargas da Bacia Amazônica (Amport), o senador Zequinha Marinho conferiu de perto os investimentos realizados no Porto de Vila do Conde, no município de Barcarena. De acordo com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), a instalação portuária paraense deverá passar por obras para adequar os terminais portuários destinados à movimentação de granéis e líquidos. Na ocasião, o senador Zequinha destacou o potencial logístico do Pará para escoar a produção brasileira ao mercado internacional e observou a necessidade de superar gargalos, melhorando as condições logísticas do estado.



## REFORMA TRIBUTÁRIA

É inegável que a Reforma Tributária será um dos pontos mais importantes da pauta do Senado Federal em 2021. Como forma de ampliar os debates e buscar consenso para que a reforma seja instrumento eficaz de atratividade do setor produtivo, o senador Zequinha Marinho tem se adiantado à discussão, participando de uma série de eventos sobre as propostas em análise. Um desses eventos contou com a participação do presidente da República, Jair Bolsonaro, e de ministros de Estado. Para o senador Zequinha é urgente que a Reforma Tributária saia do papel, retirando parte do peso tributário ao contribuinte e aos investidores, aumentando assim a competitividade do setor produtivo brasileiro.



## ENCONTRO COM LÍDERES RELIGIOSOS

As dificuldades e os gargalos das igrejas evangélicas para manter os trabalhos sociais em prol da população brasileira foram tema de reunião do presidente da República, Jair Bolsonaro, e líderes religiosos no Congresso Nacional. Líder do PSC no Senado, Zequinha Marinho defendeu a necessidade de uma maior interação por parte do governo federal junto às igrejas e templos que desenvolvem ações sociais. “Precisamos nos unir para superar as dificuldades e melhorar a qualidade de vida da família brasileira. As ações em prol da cidadania, se ganharem esse apoio por parte dos governos, chegará a um maior número de pessoas, algo que deve ser considerado uma prioridade neste ano em que trabalharemos para sanar os impactos negativos da crise”, comentou o senador.

## PROJETO ATENDE SEGMENTO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

O senador Zequinha Marinho apresentou projeto (PL 3786/2020) que suspende o pagamento do financiamento de veículo pelo motorista do transporte de passageiros, durante a calamidade pública da Covid-19. Além dos profissionais autônomos do transporte de passageiros que operam por aplicativos, são atendidos pela proposta os motoristas de transporte alternativo ou especial, taxistas, motoristas de transporte escolar e motofretistas.

## US\$ 70 MILHÕES PARA PARAUAPEBAS

A pedido do senador Zequinha Marinho, o Senado votou a MSF 39/2020 que autorizou a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da União, no valor de US\$ 70 milhões entre o município de Parauapebas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O recurso será utilizado como financiamento parcial do Projeto de Saneamento Ambiental, Macrodrenagem e Recuperação de Igarapés e Margens do Rio Parauapebas. Se não fosse votado pelos senadores, o município corria o risco de perder o financiamento, fundamental para a execução do Prosap, da prefeitura. Além de cobrar urgência na votação, o senador foi relator da MSF 39/2020 e enfatizou o crescimento da cidade do sudeste paraense.

# ZEQUINHA COMEMORA A APROVAÇÃO DO NOVO FUNDEB E COBRA MELHORIAS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Os senadores votaram no final de 2020, em dois turnos, a PEC 26/2020, que torna permanente o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Principal fonte de financiamento da educação pública no país, o fundo corria risco de ser extinto caso o Congresso Nacional não modificasse o texto constitucional.

Relator de outra PEC que tramita no Congresso com o mesmo objetivo de assegurar os recursos do Fundeb, o senador Zequinha Marinho comemorou a destinação de mais verbas para o ensino público e chamou atenção para a necessidade de melhorar os índices educacionais

no país. “O Brasil investe cerca de 6% do total do PIB em educação. Investimos mais que os Estados Unidos (5,4%), Argentina (5,3%), México (5,3%) e Chile (4,8%). Estamos no grupo de países que mais investem em educação, no entanto, quando vamos analisar os indicadores da educação, o Brasil acaba figurando entre aqueles com as piores notas. Basta ver o desempenho do país no PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes)”, pontuou o senador.

“Sou pedagogo por formação e, como cidadão brasileiro, torço pela educação. Entendo que é preciso suprir financeiramente a área da educação, mas também

precisamos cobrar por melhores indicadores de formação dos nossos jovens. A sociedade paga por isso e exige índices de desempenho parecidos com os de outros países”, reforçou o senador Zequinha.

Com a aprovação da PEC, além de tornar o Fundeb permanente, os senadores aumentaram em 13 pontos percentuais a participação da União nos recursos destinados ao fundo. Passa-se, portanto, dos atuais 10% para 23% da complementação da União junto ao Fundeb. Esse aumento se dará de forma gradual nos próximos seis anos. Além do aumento de recursos, o texto alterou a forma de distribuição dos recursos da União entre os estados.



Criado em 2006 de forma temporária, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), o Fundeb representa atualmente 63% do investimento público em educação básica.

Os recursos do Fundeb são destinados à rede estadual de educação e às redes municipais do respectivo Estado, conforme o número de alunos matriculados na educação básica em cada rede, ponderado por etapa e modalidade de ensino – ou seja, conforme o número de matrículas em creche, pré-escola, ensino fundamental e médio, educação de jovens e adultos, em tempo integral ou

parcial, em área rural ou urbana. Trata-se, portanto, de um mecanismo redistributivo no âmbito de cada estado, entre o governo estadual e as prefeituras. O valor que cada município e estado vai receber depende, portanto, da arrecadação e do número de matrículas em sua rede.

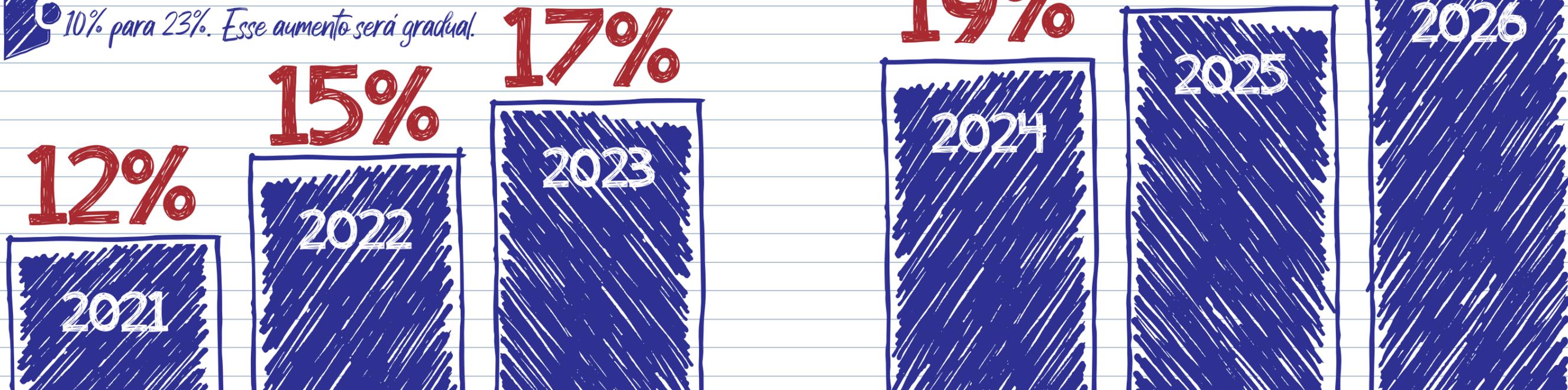
Segundo dados publicados pela organização não governamental Todos pela Educação, a partir do primeiro ano de vigência do novo Fundeb, 7,3 milhões de alunos de 1.471 redes de ensino mais pobres passarão a receber em média 8,2% mais recursos.

No final da implementação da complementação federal em 23%, no mínimo 2.745 redes de ensino mais pobres terão recebido mais recursos, o que significa dizer que 17 milhões de alunos serão impactados com um aumento médio de 23,4% no valor aluno/ano. Ainda, o investimento mínimo nacional crescerá 55,3%, passando de R\$ 3,7 mil em 2020 para aproximadamente R\$ 5,7 mil por aluno/ano em 2026.



A participação federal passa dos atuais

10% para 23%. Esse aumento será gradual.



# TSE REJEITA TESE DE ABUSO DE PODER RELIGIOSO

**PARA OS MINISTROS, NÃO É POSSÍVEL CRIAR UMA ESPÉCIE DE ABUSO NÃO PREVISTA EM LEI**

A maioria expressiva do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) derrotou a tese da fixação de abuso de poder religioso, analisada no âmbito das Ações de Investigação Judicial Eleitoral (Aijes). O parecer do relator foi rejeitado por todos os demais ministros do TSE, que entenderam não ser possível responsabilizar candidatos em disputa eleitoral simplesmente pelo fato dele professar livremente sua fé.

“Vitória da democracia e do princípio constitucional da liberdade de expressão. Estou certo de que, caso o TSE acatasse a tese do relator, consequências drásticas romperiam as bases do sistema democrático brasileiro, causando insegurança jurídica. Provocariam concepções discriminatórias em relação aos líderes religiosos em nosso país. Foi essa a minha defesa quando tive a oportunidade de conversar por videoconferência com o relator da proposta no TSE, ministro Edson Fachin”, enfatizou o senador Zequinha Marinho.

Ao rejeitar a tese do abuso de poder religioso, o ministro Og Fernandes declarou: “Não vejo como conceber o abuso de poder religioso de forma autônoma. Não é preciso destacar uma categoria (...) Se levarmos ao pé da letra, poder-se-ia invocar abuso de poder esportivo escolher atletas que servem de identificação e influência na escolha do eleitor. O que é de interesse da Justiça Eleitoral é a garantia dessa liberdade de escolha”.



# PROJETO ATENDE ENTIDADES SOCIAIS

Denúncias referentes à violência doméstica no Brasil, durante o período de pandemia, cresceram em média 14% até abril, em relação ao mesmo período do ano passado, segundo dados da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos. Infelizmente as vítimas são, na maioria das vezes, alvos vulneráveis como mulheres, crianças e adolescentes. Para piorar o quadro, entidades que defendem esses grupos têm padecido com a falta de verba para a própria manutenção.

Para tentar amenizar esse problema, o senador Zequinha Marinho apresentou Projeto de Lei no Senado que propõe um auxílio financeiro a ser concedido pela União para as organizações da sociedade civil enquadradas como entidades priva-

das sem fins lucrativos voltadas ao acolhimento, à defesa e à garantia de direitos das mulheres vítimas de violência doméstica, das crianças e dos adolescentes.

Segundo o projeto, tais entidades poderão aplicar os recursos recebidos a título de auxílio emergencial no pagamento de despesas como aquisição de medicamentos, material de higiene e limpeza, pagamento de aluguel das instalações, bem como pagamento da folha salarial de empregados. O recebimento do auxílio, se aprovado, independerá da eventual existência de débitos ou da situação de adimplência das entidades em relação a tributos e contribuições, bem como não requererá a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Trata-se de uma ajuda imprescindível para a continuidade dos trabalhos dessas instituições que, a despeito do relevante trabalho social executado, têm perdido receitas em decorrência da queda do volume de doações.

Senador Zequinha Marinho, autor do PL 3.321/2020

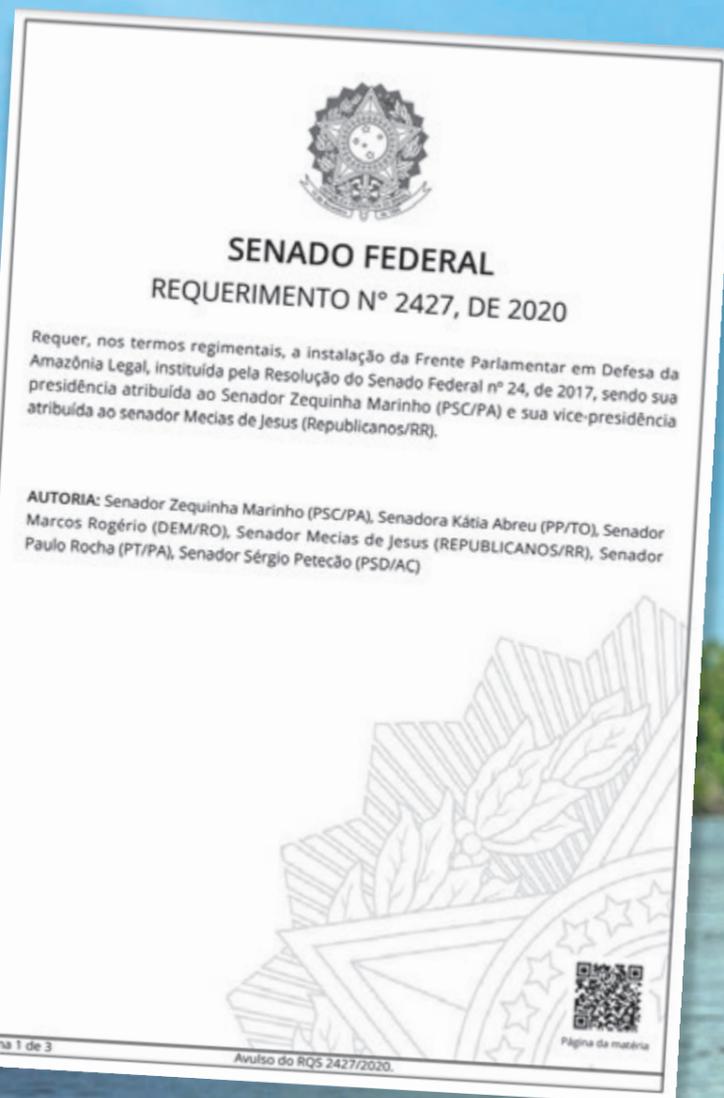
# REINSTALADA NO SENADO FRENTE DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

“A frente vai cuidar da região e vai trabalhar para colocar em pauta as principais questões e gargalos da nossa região”, defendeu o senador Zequinha Marinho ao solicitar de seus pares a aprovação de requerimento que instalou a Frente Parlamentar em Defesa da Amazônia Legal. O senador foi autor do requerimento (RQS 2427/2020) que traz para o centro dos debates legislativos o desenvolvimento regional.

Além de autor da proposição, o senador deverá presidir a Frente que contará ainda com o senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR) como vice-presidente do grupo.

Zequinha Marinho afirmou que a Amazônia tem os mais baixos índices de desenvolvimento humano (IDH) do país e uma estrutura de saneamento básico muito precária. “Apesar das riquezas naturais, os cerca de 25 milhões de habitantes da região ainda sofrem com muitas carências e dificuldades. É, portanto, necessário que o Poder Legislativo esteja à frente dos debates e propostas que promovam o desenvolvimento da região a partir de suas potencialidades naturais”, reforçou o senador.

De acordo com a Resolução 24/2017, documento que instituiu a frente parlamentar, o grupo tem como objetivos defender os interesses da Amazônia Legal; priorizar o desenvolvimento sustentável e a proteção dos seus recursos naturais; e proteger os interesses socioeconômicos da região.



# SENADO APROVA SUSPENSÃO DE PAGAMENTO DE DÍVIDAS RURAIS

As dívidas rurais de pequenos produtores poderão ser prorrogadas pelo período de 12 meses. É o que estabelece o projeto (PL 1.543/2020) aprovado no primeiro semestre de 2020, no Senado Federal. O relator, senador Zequinha Marinho, destacou a necessidade em atender os pequenos agricultores no atual momento de pandemia “a iniciativa é fundamental para apoiar a agricultura familiar e os empreendimentos rurais de todo o país, sobretudo no atual momento em que a pandemia tem gerado fortes danos nas finanças dos pequenos produtores”, comentou o parlamentar.

O adiamento da quitação das dívidas valerá para modalidades de comercialização, custeio e investimento com vencimento entre 1º de janeiro e 31 de janeiro deste ano. Serão beneficiados os pequenos produtores com contrato individual, grupal ou coletivo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa Nacional de Crédito Fundiário, voltado para a reforma agrária.

Pelo projeto, os bancos estão impedidos de cobrarem novos juros ou taxas e de restringirem novos financiamentos. “Trata-se de uma prorrogação pelo



período de 12 meses para que os empreendedores do setor do agronegócio, ao restabelecer seus negócios e contratos comerciais possam voltar a quitar suas dívidas”, explicou o senador Zequinha. Além disso, para o relator, a medida é importante ao evitar que os produtores rurais “caiam na inadimplência ou sejam alvo de protestos por não terem condição financeira de pagar as dívidas rurais”, argumentou.

De autoria do senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR), o projeto presta um importante socorro aos pequenos produtores neste crítico momento social,

econômico e político. Ele explica que o atual cenário de pandemia tem “pressionado sobretudo os pequenos agricultores familiares, que estão passando por forte apreensão e incerteza, por um lado, e por dificuldades financeiras, por outro, em decorrência da perda de renda e da manutenção das despesas assumidas, como de energia e dos financiamentos ao sistema produtivo”.

O projeto que prorroga a quitação das dívidas rurais segue agora para a análise da Câmara dos Deputados.



# VICE-PRESIDÊNCIA DA FRENTE AGROPECUÁRIA SERÁ OCUPADA PELO SENADOR ZEQUINHA

Uma das mais importantes bancadas do Congresso Nacional terá em seu comando um parlamentar paraense. O senador Zequinha Marinho foi escolhido vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) para o biênio 2021-2022. A cerimônia de transmissão de cargo deverá acontecer em fevereiro de 2021. Como representante do Senado na atual diretoria da FPA, o senador Zequinha será o responsável em articular, naquela Casa de Leis, as proposições relevantes para o fortalecimento da atividade agropecuária.

Com o objetivo de estimular a ampliação de políticas públicas para o desenvolvimento do agronegócio nacional, a FPA tem entre suas prioridades a

**“Nosso compromisso é propor debates e matérias legislativas que fortaleçam a economia brasileira e, a agropecuária é um importante segmento que necessita de mais estímulo para que o país volte a crescer.”**

**Senador Zequinha Marinho fala da importância da agropecuária.**

modernização da legislação trabalhista, fundiária e tributária, além da regulamentação de terras, a fim de garantir a segurança jurídica necessária à competitividade do setor.

De composição pluripartidária e reunindo 284 parlamentares (39 senadores e 245 deputados), a bancada é considerada a mais influente nas discussões e articulações de políticas públicas no âmbito do Poder Legislativo.

“Para superar os efeitos nocivos da pandemia, será necessário focar no fortalecimento da economia brasileira. Precisamos dar conta destes mais de 13,8 milhões de brasileiros que estão desempregados por conta do desaquecimento da economia e a agropecuária tem ace-

nado como o segmento econômico com maior potencial”, comentou o senador Zequinha que reforça a “sólida tendência de crescimento do agronegócio, gerando mais emprego e renda aos brasileiros”.

Ao destacar sua atuação junto à diretoria da FPA, o senador lembrou de seu compromisso em destravar a economia para que assim possa atender as carências do lado social, garantindo melhores condições de vida aos brasileiros. “O desemprego é um dos maiores flagelos dessa pandemia que assolou o mundo todo e para essa fase de pós-pandemia, será fundamental que incentivemos as potencialidades econômicas do país para atrair a geração de novos negócios”, avaliou o senador.

**“A pauta e os desafios para este ano são grandes e complexos. Vamos lutar para destravar gargalos, fazendo o uso correto das nossas potencialidades naturais.”**

**Senador Zequinha Marinho, sobre os desafios da FPA para 2021.**

Para a presidência da FPA, foi escolhido o deputado federal Sérgio Souza (MDB-PR), atual vice-presidente da Frente. Para ele, o agro brasileiro tem dois principais desafios para os próximos anos que são “estabelecer, cada vez mais, segurança jurídica para produzirmos e estabelecer a real imagem do agro brasileiro perante o Brasil e os demais países do mundo”, declarou o deputado. Sérgio Souza entende que há uma visão distorcida do setor agropecuário brasileiro e que “é necessário que a população saiba a importância do agro do Brasil, não só para o país, mas também para o planeta”, ao ocupar hoje a posição de um dos maiores produtores de alimentos do mundo.



# PROJETO RIBEIRINHO NOVA VERSÃO REDUZ CONFLITOS AGRÁRIOS EM BELO MONTE



Com o objetivo de reassentar a população ribeirinha localizadas nas proximidades da Usina de Belo Monte e reduzir os impactos e conflitos agrários provocados na região, a Norte Energia apresentou ontem, 24, ao senador Zequinha Marinho a nova versão do Projeto Ribeirinho. Presidente da Subcomissão Temporária da Usina de Belo Monte no Senado Federal, Zequinha Marinho vinha articulando com as partes envolvidas uma alternativa para mitigar os conflitos na região. Em 2019, a pedido do parlamentar paraense, o Senado Federal promoveu audiência pública para discutir a situação das famílias ribeirinhas reassentadas em função das obras da hidrelétrica.

Segundo o presidente da Norte Energia, Paulo Pinto, a readequação do projeto se justifica “pela preocupação maior em evitar esse confronto com a população local”, enfatizou. Cerca de 322 famílias ribeirinhas serão alocadas na Área de Preservação Permanente (APP) da Norte Energia, onde poderão desenvolver atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural em áreas rurais consolidadas. Para as famílias que desenvolvem atividades outras, a Norte Energia destinará uma área um pouco menor que prevista no projeto original, mas como compensação entregará carta de crédito rural para dar apoio financeiro no desenvolvimento da atividade produtiva.

Para Zequinha Marinho, “a nova versão do projeto é uma boa alternativa para mitigar os conflitos sociais”, destaca o senador. Com a readequação, o projeto diminui o número de áreas que precisam ser desapropriadas, impactando num reduzido de produtores rurais daquela região, bem como atende a necessidade da comunidade ribeirinha em garantir recursos financeiros para fomentar a produção local.

A nova versão do Projeto Ribeirinho já foi submetida ao Ibama, órgão responsável em determinar as ações compensatórias impostas à Norte Energia em função da construção da Usina de Belo Monte.



“NO ATUAL MOMENTO, É FUNDAMENTAL LUTARMOS POR MAIS RECURSOS PARA O ESTADO EM BENEFÍCIO DA NOSSA POPULAÇÃO”

## MAIS DE R\$ 11 MILHÕES PARA AGRICULTURA FAMILIAR

Mais de 850 mil famílias no Pará serão diretamente beneficiadas pela conquista do senador Zequinha Marinho que, em articulação com o Ministério das Cidadania, garantiu R\$ 11,7 milhões para que a superintendência regional da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) execute o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Esta medida irá melhorar a situação dos pequenos agricultores familiares, já que possibilita a esses produtores venderem sua produção com garantia de pagamento e com destino certo.

Conforme o superintendente da Conab-Pará, Moacir Rocha, além de fomentar a atividade da agricultura familiar, protegendo os empregos e a renda dos produtores de alimentos no Estado, os recursos assegurados pelo senador Zequinha serão destinados para “beneficiar as famílias em situação de vulnerabilidade extrema. A medida vai fortalecer a rede de Assistência Social, já que os alimentos são oferecidos para quem frequenta os Centros de Referência de Assistência Social (Cras), os Centros Especializados (Creas), escolas, hospitais e as casas de

apoio”, comentou o superintendente.

Os mais de R\$ 11 milhões conquistados pelo senador Zequinha fortalecerá as cadeias produtivas de segurança alimentar, bem como a economia dos municípios paraenses que dependem dessa atividade produtiva. “No atual momento, é fundamental brigarmos por mais recursos para o nosso Estado, em benefício da nossa população. Continuarei empenhado neste objetivo de trazer mais recursos e assim proteger os empregos e fortalecer a economia paraense”, comentou o senador.

# MARCO LEGAL DO SANEAMENTO BÁSICO É APROVADO NO SENADO

Quatro em cada dez municípios não têm serviço de esgoto no Brasil, segundo dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB) de 2017, divulgada no dia 22 de julho pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na região Norte, a situação ainda é pior, somente 16,2% dos municípios contavam com esse serviço. O problema histórico, que se arrasta por diferentes governos, parece caminhar para uma solução com a aprovação do novo marco legal do saneamento básico pelo Congresso.

A proposta, enviada pelo governo, foi aprovada pelo Senado Federal e tem como meta alcançar a universalização dos serviços de água potável e tratamen-

to de esgoto até 2033. Para o senador Zequinha Marinho, favorável à proposição, a aprovação se fazia urgente: “Nós precisamos preparar o país para o período pós-pandemia. Esse é um setor que certamente vai atrair enormes investimentos, movimentar a economia. Para o paraense o marco é fundamental, pois o governo local não tem dinheiro para investir”, referindo-se a um dos principais pontos da proposta, o estímulo ao investimento privado no setor.

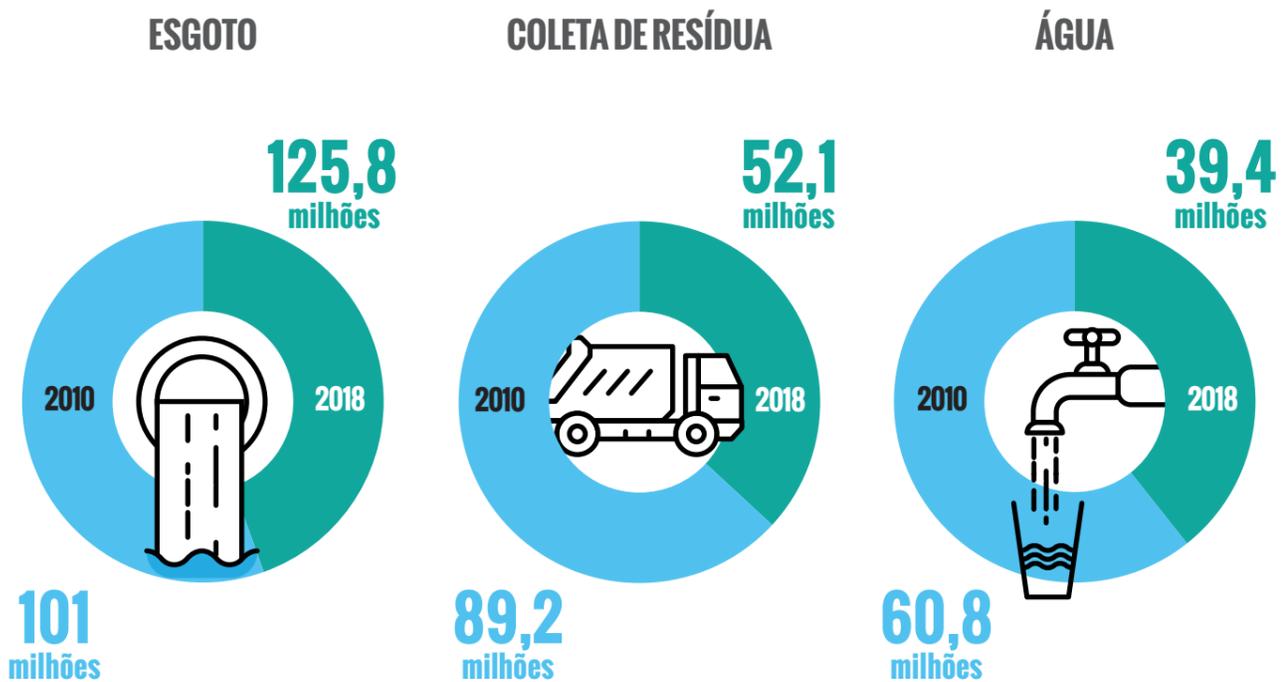
Mais prazo para o fim dos lixões, fim da preferência a empresas estaduais, a facilitação do processo de privatização das estatais ligadas ao setor e o estímulo ao investimento privado por meio de

licitações entre empresas públicas e privadas são alguns dos principais pontos do texto. O compromisso com metas de universalização dos serviços, a serem alcançadas até o fim de 2033, também ficou estabelecido e, caso não sejam cumpridas, podem gerar a perda do direito de execução do serviço.

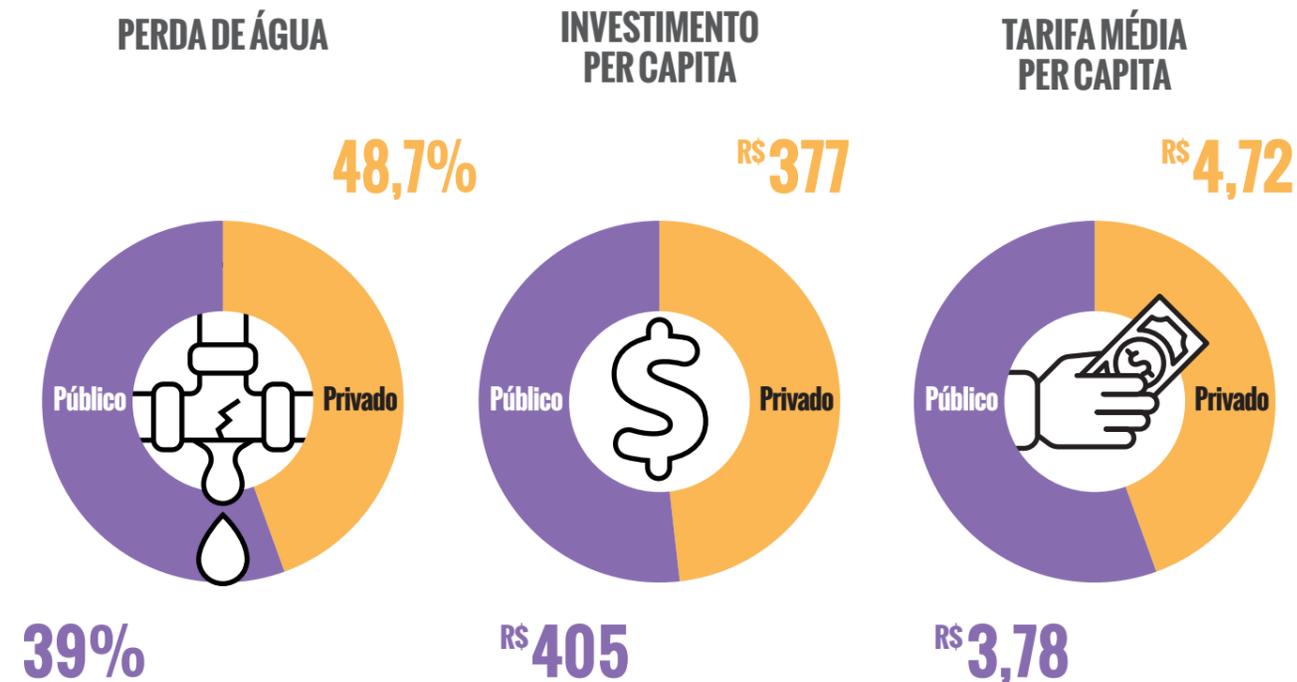
O novo Marco Legal do Saneamento deve alcançar mais de 700 bilhões de reais em investimentos, conforme dados do Ministério da Economia, além de gerar cerca de 700 mil empregos nos próximos 14 anos. O projeto já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e agora segue para sanção do presidente da República.



## Brasileiros sem acesso a saneamento básico



## Sistemas de saneamento básico



Fonte: Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento

# R\$ 72 MILHÕES

## EM SEU SEGUNDO ANO NO SENADO, ZEQUINHA GARANTE MAIS RECURSOS AO ESTADO DO PARÁ

Em um dos anos mais difíceis da história recente - com as carências sociais escancaradas pela crise sanitária e econômica, queda da renda da população, demissões em massa e empresas falidas após o declínio do consumo - a atuação do legislativo foi crucial para a definição de medidas emergenciais de enfrentamento da pandemia. Além da votação de matérias como o Decreto de Calamidade Pública e o Auxílio Emergencial, a conquista de recursos para estados e municípios foi outro ponto importante da atividade legislativa. Entre emendas pagas, empenhadas e conveniadas, o senador Zequinha Marinho transferiu ao estado do Pará e aos municípios paraenses R\$ 72.167 milhões. Este é um dos maiores valores liberados por um parlamentar brasileiro em apenas um ano de atuação, no caso 2020.

Todos os municípios do estado foram beneficiados pela atuação do senador, independentemente do tamanho da cidade ou da coloração partidária dos gestores municipais. “Nossa atuação foi no sentido de atender as demandas do paraense. Quer seja o cidadão da capital ou o cidadão da cidadezinha de uma região pouco desenvolvida. Nosso mandato, desde o primeiro ano, tem sido um meio de buscar pela melhoria da qualidade de vida do povo paraense”, enfatizou o senador que explicou que neste ano de



2020 sua preocupação foi ainda maior por conta da pandemia. “Vimos a economia parar. Muitos perderam emprego. Empresas fecharam as portas e o pior de tudo, famílias perderam seus entes para esta terrível pandemia. Mais do que nunca tivemos que correr atrás do prejuízo e buscar recursos financeiros para equipar hospitais e postos médicos em todo o estado”, comentou.

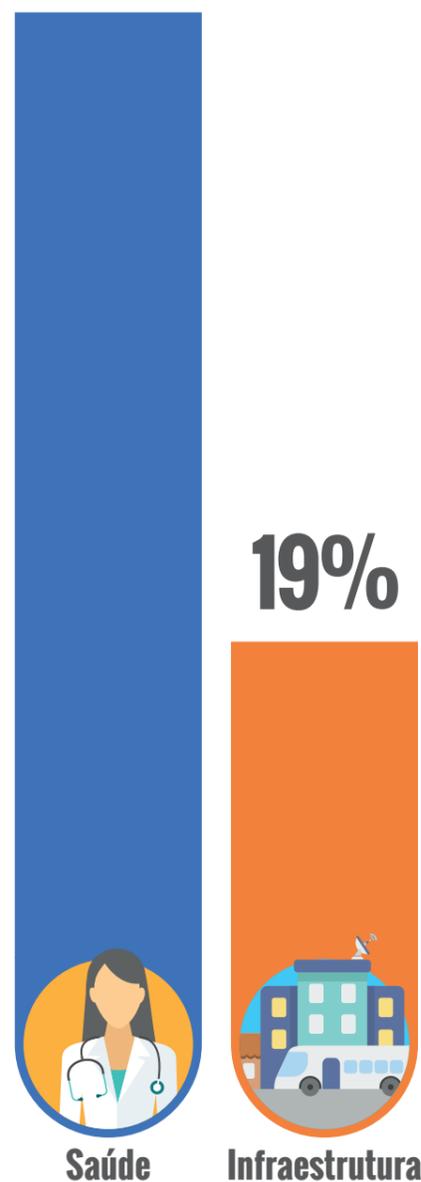
A saúde, muito por conta da pandemia, foi a área que mais recebeu atenção do senador no ano de 2020. Do total das emendas apresentadas pelo senador, quase 60% foram direcionadas para a saúde.

O Fundo Estadual da Saúde, por exemplo, recebeu R\$ 2 milhões para as ações de média e alta complexidade realizados nos hospitais públicos do estado. A Marinha do Brasil, responsável em atender as áreas remotas do estado em tratamentos de saúde e de cidadania, recebeu R\$ 1.440 milhão. Por meio do Navio Auxiliar “Pará”, a Marinha tem prestado ações cívico-sociais à população ribeirinha. São desenvolvidos trabalhos médicos, odontológicos, mamografia, exames clínicos, além de palestras sobre violência contra a mulher e serviços jurídicos.

A área de Pesquisa e Desenvolvi-

DISTRIBUIÇÃO DAS EMENDAS DE 2020

55%



mento (P&D) também recebeu uma considerável soma de recursos das emendas do senador. “Neste ano, todos esperamos o desenvolvimento da vacina, que é uma consequência do trabalho comprometido e incansável dos nossos pesquisadores. Precisamos incentivar este setor, estimulando nossos pesquisadores e garantindo recursos para as pesquisas”, justifica Zequinha.

Para o campus de Conceição do Araguaia do Instituto Federal do Pará (IFPA), o senador destinou meio milhão de reais que serão destinados na ampliação da estrutura do centro educacional, garantindo que mais pessoas possam passar pelos cursos profissionalizantes do IFPA. A publicação científica da Universidade Federal do Pará (UFPA) também foi outra área beneficiada pelas emendas do senador Zequinha.

Apesar do esforço para conter os impactos da covid-19, injetando recursos na saúde e P&D, o senador Zequinha Marinho não esqueceu das melhorias na infraestrutura do estado. Pouco mais de 20% do total das emendas foram repassadas para essa área, o que irá garantir nos próximos anos a construção de pontes molhadas, obras em estradas vicinais, implantação e ampliação de abastecimento da rede de água, terminal rodoviário, centro de feiras e eventos, entre outras tantas estruturas que serão instaladas nos vários municípios do estado.

# PRODUÇÃO LEGISLATIVA

Em um ano conturbado pela pandemia do novo coronavírus, o Senado Federal deu exemplo de como o Poder Legislativo pode contribuir para reduzir os impactos negativos da crise. Pensando em deliberar matéria legislativa de caráter urgente, que não poderia aguardar a normalização da situação, o Senado implantou o Sistema de Deliberação Remota (SDR). Essa solução tecnológica viabilizou a discussão e a votação de matérias no Senado. Neste cenário, o senador Zequinha Marinho apresentou propostas e relatou importantes matérias para atender as demandas da população brasileira.

## PRINCIPAIS PROJETOS DE AUTORIA DO SENADOR ZEQUINHA APRESENTADOS EM 2020

- **PRS 38/2020 (Empréstimo para Parauapebas)**  
Autoriza o município de Parauapebas, no Estado do Pará, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 70 milhões.
- **PL 5372/2020 (Desenvolvimento Regional)**  
Inclui os municípios paraenses ainda não atendidos na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF).
- **PL 4668/2020 (Código de Trânsito Brasileiro)**  
Aumenta as penas para homicídio culposo e lesão corporal culposa, em caso de motorista sob a influência de álcool ou outras drogas. Admite a prisão preventiva.
- **PL 3786/2020 (Concessão de Benefícios durante a pandemia)**  
Suspende o pagamento do financiamento de veículo pelo motorista do transporte de passageiros, durante a calamidade pública da Covid-19.
- **PL 3321/2020 (Concessão de Benefícios durante a pandemia)**  
Cria auxílio financeiro emergencial, a ser prestado pela União, no montante de até R\$ 160 milhões, destinado às organizações da sociedade civil voltadas ao acolhimento, defesa e garantia de direitos de mulheres em situação de violência doméstica e de crianças e adolescentes.
- **PL 2846/2020 (Combate à corrupção)**  
Tipifica os crimes de peculato qualificado e de hipótese qualificada do crime de fraude em licitação ou contrato administrativo, quando a conduta recair sobre bens, valores ou mercadorias destinadas ao combate de epidemia, bem como para tornar as referidas condutas crimes hediondos.
- **PL 486/2020 (Desenvolvimento Regional)**  
Torna a redução das desigualdades sociais e regionais princípio a ser observado pela Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais; e determina ao Poder Público que estabeleça condições especiais para as linhas de crédito rural, para os serviços de assistência técnica e extensão rural e para as ações e instrumentos de política agrícola destinados a agricultores e empreendimentos familiares rurais situados na Região do Marajó.
- **PLP 264/2020 (Economia)**  
Determina a prioridade de contratação pública para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente.

## PRINCIPAIS PROJETOS RELATADOS PELO SENADOR EM 2020

- **PL 1122/2019 (Administração Pública)**  
Altera a Lei do Impeachment, para prever que é crime de responsabilidade contra a lei orçamentária deixar de entregar o montante que a União deve transferir aos demais entes federativos como medida compensatória da desoneração das exportações.
- **PL 1543/2020 (Agricultura)**  
Autoriza, em virtude do estado de calamidade pública decorrente da pandemia do coronavírus, a prorrogação de operações de crédito rural contratadas por agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais.
- **PL 493/2020 (Saúde)**  
Dispõe sobre os direitos do paciente quando assistido em serviços de saúde de qualquer natureza ou por profissionais de saúde, sobre as diretivas antecipadas, a respeito de condutas diagnósticas e terapêuticas que aceita ou recusa receber na eventualidade de não poder expressar autonomamente a sua vontade, e sobre direitos dos pacientes em estado terminal de vida.
- **PL 3981/2019 (Infraestrutura)**  
Proíbe a construção de pontes de madeira nas vias estaduais e municipais com recursos federais, salvo construções provisórias ou preservação pelo valor histórico.
- **PLS 399/2015 (Administração Pública)**  
Altera a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para estabelecer que os recursos devidos aos Estados e Municípios, a título de ressarcimento, não poderão ser objeto de contingenciamento por parte da União.
- **PEC 44/2017 (Energia)**  
Torna o acesso à energia elétrica um direito social para todos os brasileiros.
- **PEC 85/2019 (Energia)**  
Retira a imunidade de ICMS nas operações que destinem energia elétrica a outros Estados. Não faz sentido, hoje, que a energia elétrica produzida no Estado do Pará, por exemplo, possa gerar receita de ICMS para o Estado de São Paulo, e não signifique arrecadação direta para a unidade federativa de origem.



# PARÁ RECEBERÁ R\$ 4,5 BI EM COMPENSAÇÃO DA LEI KANDIR



Foi aprovado pelo plenário do Senado Federal o projeto (PLP 133/2020) que transfere recursos da União a estados e municípios para compensar as perdas de arrecadação provocadas pela Lei Kandir. Sendo um dos mais impactados pela não incidência do ICMS sobre as exportações de produtos primários e semielaborados, o Pará vai receber R\$ 4,5 bilhões. O repasse do recurso ao Pará e às demais unidades da federação soma R\$ 62 bilhões e será transferido no período de 2020 a 2037.

Relator da PEC 23/2017, que corrigia as distorções provocadas pela Lei Kandir, o senador Zequinha Marinho vinha trabalhando para que o Senado pudesse votar o projeto que disciplina a entrega

dos R\$ 62 bilhões pela União aos estados e municípios.

“O povo paraense foi sacrificado ao longo de décadas em razão desta lei. A perda soma mais de R\$ 38 bilhões, recurso este que deixou de ser repassado ao Pará por conta da isenção do ICMS sobre as exportações de produtos primários e semielaborados, como o minério”, comentou o senador Zequinha que comemora a aprovação do projeto. “A votação deste projeto é um importante passo para que o Pará e o povo paraense retomem aquilo que lhes foi tirado em decorrência da Lei Kandir”.

O senador Zequinha ressalta que ao longo dos anos as transferências compensatórias não cobriam a totalidade

das perdas. Em 2017, apenas 8,3% do rombo provocado aos estados e municípios foram pagos. Na média histórica, desde 1996 até hoje, apenas 21,6% do valor total de R\$ 636,9 bilhões foram compensados.

De acordo com o parecer aprovado, de autoria do senador Antônio Anastasia (PSDB-MG), dos R\$ 62 bilhões transferidos pela União, R\$ 58 bilhões serão entregues obrigatoriamente e R\$ 4 bilhões condicionais a dois futuros leilões de campos petrolíferos.

Os R\$ 58 bilhões serão entregues aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios entre 2020 e 2037. Entre 2020 e 2030 serão R\$ 4 bilhões ao ano. A partir de 2031, haverá uma redução de R\$

500 milhões ao ano até zerar a entrega a partir de 2038. Os estados ficarão com 75% dos recursos, e os municípios, com os 25% restantes. Esses valores deverão estar incluídos nas leis orçamentárias anuais.

Em relação aos R\$ 4 bilhões condicionais, eles serão entregues no exercício em que ocorrer os leilões dos Blocos de Aratu e Sépia. Se os leilões ocorrerem em exercícios diferentes, serão entregues R\$ 2 bilhões em cada ano em que houver leilão. A distribuição entre estados e municípios seguirá os mesmos critérios adotados para a distribuição dos R\$ 58 bilhões

Para o relator do PLP 133/2020, “o grande mérito do projeto é pôr fim a uma

**A VOTAÇÃO DESTA PROJETO É UM IMPORTANTE PASSO PARA QUE O PARÁ E O POVO PARAENSE RETOMEM AQUILO QUE LHEIS FOI TIRADO EM DECORRÊNCIA DA LEI KANDIR.**

discussão – que já dura décadas – entre os estados, os municípios e a União a respeito da contrapartida prevista pela Lei Kandir. A União entende que não há dívida a ser paga, argumentando que a compensação seria temporária e que os

estados já recuperaram a arrecadação que tinham antes da Lei Kandir. Já estados e municípios demandam que a União os compense integralmente pelos impostos não arrecadados”, explicou o senador Antônio Anastasia.

# SENADOR ZEQUINHA MARINHO DEFENDE A ISENÇÃO DE TRIBUTOS PARA A PISCICULTURA

Em defesa da piscicultura brasileira - que em 2019 registrou crescimento de 4,9%, totalizando um volume superior a 758 mil toneladas de peixes - o senador Zequinha Marinho encaminhou ofício ao presidente Jair Bolsonaro defendendo pleito histórico do setor. O parlamentar sinaliza ao Poder Executivo a necessidade de publicação de decreto presidencial que isente o PIS/COFINS incidentes sobre a receita decorrente das vendas de rações utilizadas na piscicultura.

O senador Zequinha destaca que a ração de peixes, segundo dados da Peixe BR – Associação Brasileira da Piscicultura, representa de 60% a 80% do custo de produção de peixes. “O benefício tributário se faz necessário para impedir os efeitos da pandemia na piscicultura brasileira, possibilitando condições para que a atividade mantenha o regular abastecimento de alimentos de qualidade à população brasileira”, justifica.

Além de mitigar os impactos da pandemia na produção pesqueira, a isenção dos tributos na ração utilizada pela piscicultura se trata de um tratamento isonômico para com o setor. Isto porque, em 2010, o governo federal concedeu isenção de PIS/COFINS para a avicultura e suinocultura, mas excluiu a piscicultura.

A demanda do senador Zequinha ao Poder Executivo tem respaldo na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que, na última quinta-feira, 10, decidiu que é possível – por meio de decreto presidencial – fixar os tetos, reduzir e restabelecer as alíquotas da contribuição ao PIS e da COFINS incidentes nas receitas financeiras auferidas por pessoas jurídicas sujeitas ao regime não cumulativo.

De acordo com o senador Zequinha Marinho, a medida irá fortalecer o setor da piscicultura, aumentando a oferta do produto e provocando a queda no preço para o consumidor interno. “Atualmente, o Brasil posiciona-se como o 4º maior produtor de tilápia do mundo. Essa espécie de peixe representa 57% da produção da piscicultura brasileira. Indiscutivelmente, superados os gargalos à produção, a nossa piscicultura avançará ainda mais, fortalecendo o setor e aumentando a oferta desse tipo de proteína animal, o que poderá redundar em preços mais baixos para a população”, comentou.



**Superados os gargalos à produção, a nossa piscicultura avançará, fortalecendo o setor e aumentando a oferta deste tipo de proteína animal.**

**Reforça o senador sobre a necessidade de reduzir a carga tributária do setor.**



## PROJETO DO SENADOR ZEQUINHA MARINHO AUMENTA SEGURANÇA DOS CICLISTAS

Na última década, 13.718 ciclistas morreram no trânsito brasileiro. De acordo com levantamento realizado pela Associação Brasileira de Medicina do Tráfego (Abramet), dos acidentes registrados no período de 2010 a 2019, 60% foram consequência de atropelamentos. Somente no primeiro semestre deste ano – apesar da redução do número de carros nas ruas por conta do isolamento social – foram registradas 690 interações de ciclistas pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Para tornar as rodovias mais seguras e reduzir o número de acidentes envolvendo ciclistas, tramita no Senado Federal o projeto de lei (PL 4668/2020) do senador Zequinha Marinho que incrementa as penas do homicídio e da lesão corporal praticados na direção de veículo automotor, quando o condutor estiver sob influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência.

O projeto endurece a pena aos condutores al-

coolizados envolvidos em acidentes de trânsito. A reclusão, antes de cinco a oito anos para casos de homicídio, passará para seis a dez anos, com suspensão ou proibição do direito de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

Segundo o senador Zequinha Marinho, é necessário endurecer as penas, pois “os condutores que, de forma irresponsável, ingerem bebidas alcoólicas ou fazem uso de substâncias psicoativas continuam a causar desastres automobilísticos, muitas vezes vitimando pedestres e ciclistas”, enfatiza o autor do projeto.

Além do aumento da pena, o projeto do senador Zequinha acrescenta inciso ao art. 313 do Código de Processo Penal para prever a possibilidade de decretação de prisão preventiva nos casos de homicídio culposo e de lesão corporal culposa de natureza grave ou gravíssima praticados por condutores sob influência de álcool ou de outra substância psicoativa.

# LEI INSTITUI PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS

“Até hoje, o governo federal nunca tinha investido em ações efetivas pela preservação das nossas florestas. Dentre suas medidas, os órgãos ambientais executavam ações de fiscalização, repressão e punição e mais nada. Esse projeto representa um importante passo no sentido de incentivar ações de preservação ambiental. Será o início de uma participação do governo pela compensação por esses serviços ambientais prestados pelo produtor”, destaca o senador Zequinha Marinho ao justificar a importância da lei que cria a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA).

Sancionada pelo presidente Jair Bol-

sonaro, a lei cria a PNPSA que remunera quem conservar áreas de preservação. A lei tem por objetivo manter, recuperar ou melhorar a cobertura vegetal em áreas importantes ao abastecimento público de água, para formação de corredores de biodiversidade e nas áreas em processo de desertificação prioritárias para conservação biológica.

A PNPSA também disciplina a atuação do poder público, dos agentes privados e das organizações da sociedade civil em relação aos serviços ambientais.

Para participar, o interessado deve, entre outros procedimentos, comprovar o uso ou ocupação regular do imóvel rural e, para os particulares, estar inscrito

no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Quem estiver com alguma irregularidade ou inadimplência em relação ao termo de ajustamento de conduta ou a compromisso acordado com órgãos ambientais não poderá receber por serviços ambientais prestados.

O pagamento pelos serviços ambientais poderá ser de várias formas: direto (monetário ou não), prestação de melhorias sociais a comunidades rurais e urbanas, compensação vinculada a certificação de redução de emissões por desmatamento e degradação, comodato, títulos verdes (green bonds) e Cota de Reserva Ambiental instituída pelo Código Florestal.

Outras modalidades de pagamento poderão ser estabelecidas por atos normativos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que será o órgão gestor da política nacional.

“Em 2019, estivemos à frente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas. Por meio de uma série de audiências públicas, discutimos formas de preservação e manutenção do clima do planeta. Após ter participado dessa série de debates, entendo que o pagamento por serviços ambientais é mesmo a melhor forma de preservação da Amazônia e dos demais biomas”, explica o senador Zequinha.

Para as reservas particulares, a lei determina que os serviços deverão ser prestados em Áreas de Proteção Permanente (APPs) e de reserva legal, preferencialmente em bacias hidrográficas consideradas críticas para o abastecimento ou em áreas de conservação.

O pagamento pelos serviços ambientais dependerá da verificação e da comprovação das ações. As obrigações de conservação ou restauração de vegetação nativa em imóveis particulares, listadas em contratos de pagamento por serviços ambientais, se transmitirão aos proprietários futuros, devendo ser cumpridas conforme o contrato que será definido por regulamento.

**AÇÕES PREVISTAS PELA POLÍTICA NACIONAL DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (PNPSA)**

**A conservação de remanescentes vegetais em áreas urbanas e adjacentes, de importância para a manutenção e a melhoria da qualidade do ar, dos recursos hídricos e do bem-estar da população;**

**A conservação e a melhoria da quantidade e da qualidade da água, especialmente em bacias hidrográficas com cobertura vegetal crítica;**

**A recuperação e recomposição da cobertura vegetal nativa de áreas degradadas, por meio do plantio de espécies nativas ou por sistema agroflorestal;**

**O manejo sustentável de sistemas agrícolas, agroflorestais e agrossilvopastoris que contribuam para captura e retenção de carbono.**



# MAIS UM IMPORTANTE PASSO EM PROL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Assim que iniciou o mandato como senador pelo estado do Pará, Zequinha Marinho vinha buscando instituições que coordenassem o processo de desenvolvimento regional em território paraense. Chegou até o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), responsável pela implementação dos Centros de Desenvolvimento Regional. Àquela época, o país possui uma rede com cinco CDRs, porém nenhum na região amazônica. Foi então que o senador entrou em ação e conseguiu levar para o estado do Pará esta estrutura que fomenta, apoia e viabiliza iniciativas empreendedoras

e promovem a geração de inovação de processos e produtos que contribuam ao desenvolvimento socioeconômico local.

Em julho de 2020, o trabalho do senador em prol do desenvolvimento regional se concretizou com a realização da 1ª Oficina de implementação do Centro de Desenvolvimento Regional/Pará - Região Metropolitana de Belém (RMB). “Hoje estamos realizando a primeira oficina temática sobre desenvolvimento regional. Quero dizer da alegria de ter a BioTec à frente desse grande projeto, que é o CDR. E hoje é a festa de inauguração. Estamos ouvindo as palestras, conecta-

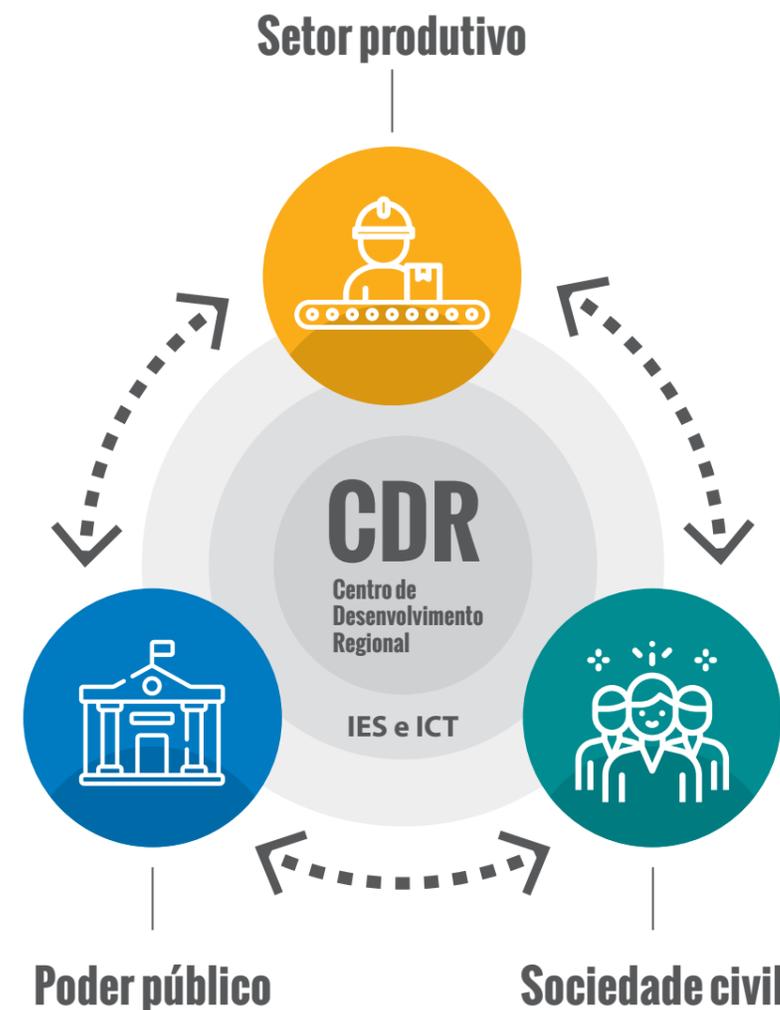
dos com Brasília, ouvindo todo mundo para colocarmos no papel esse projeto que vai articular ciência, tecnologia, pesquisa com a economia”, comentou o senador Zequinha Marinho ao participar da abertura do evento.

No Pará, o CDR será gerido pela Associação BioTec-Amazônia, vencedora da chamada pública de âmbito regional e lançada pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) com a finalidade da implementação da estrutura.

Com a finalidade de promover a discussão e a implantação de agendas de desenvolvimento que possam estimular

“Hoje estamos realizando a primeira oficina temática sobre desenvolvimento regional. Quero dizer da alegria de ter a BioTec à frente desse grande projeto, que é o CDR. E hoje é a festa de inauguração”

Comentou o senador Zequinha Marinho ao participar da abertura do evento



a economia da região e fomentar a geração de emprego e renda, os CDRs fazem a articulação entre os atores locais dos setores público, produtivo e acadêmico. Ao reunir estes três pilares, espera-se que sejam desenvolvidos e implantados projetos de pesquisas produzidos nas instituições de educação superior (IES), ciência, tecnologia e inovação (ICT&I), por professores, pesquisadores e estudantes, voltados para a promoção do desenvolvimento socioeconômico da região do CDR.

O coordenador do CDR/Pará-RMB, José Seixas Lourenço, pontua a impor-

tância de consolidar a estrutura voltada para a bioeconomia local. “O foco das ações estará voltado ao fomento e consolidação da bioeconomia e dos bionegócios, com atenção centrada em propostas que, principalmente, estarão pautadas na geração de novos produtos extraídos da biodiversidade regional”, comentou.

Atualmente, cinco projetos pilotos estão em execução: Campina Grande (PB), Bagé (RS), Itapeva (SP), Brasília (DF) e Triângulo Mineiro (em fase de implantação). O CDR/Pará – Região Metropolitana de Belém (RMB) é o primeiro CDR criado no Pará (e na Amazônia).

# PROGRAMA CASA VERDE E AMARELA

## NOVO PROGRAMA DE FINANCIAMENTO HABITACIONAL É APROVADO NO SENADO

A falta de moradias é um problema crônico no Brasil. Segundo números levantados pela Fundação Getúlio Vargas, o déficit habitacional no país em 2019 estava em 7,797 milhões de moradias e, em 2030, conforme projeções, chegará a 30,7 milhões devido ao crescimento populacional. O Programa

Casa Verde e Amarela, criado pelo governo na tentativa de reduzir o problema, foi aprovado pelo Senado Federal, em sessão remota.

Para o senador Zequinha Marinho, trata-se de iniciativa urgente “nosso país está entre os que mais sofrem com a carência de moradia, principalmente para as famílias de baixa renda. Toda medida que vise a reduzir esse déficit é muito bem-vinda, principalmente esta que também incentiva a regularização fundiária”. Além do financiamento de habitações e de reformas para melhoria de moradias, o programa também favorece a regularização fundiária, atendendo famílias com renda mensal anual de até R\$

84 mil em áreas rurais e de até R\$ 7 mil em áreas urbanas.

Quanto às taxas de juros, elas devem ficar em torno de 5% ao ano para a faixa de pessoas de menor renda. Para as regiões Norte e Nordeste, a redução das taxas de juros será de até 0,5 ponto percentual para famílias com renda de até R\$ 2 mil mensais e de 0,25 ponto para quem recebe de R\$ 2 mil a R\$ 2,6 mil. Com isso, o governo pretende estimular a contratação de financiamento habitacional para tais regiões, historicamente conhecidas por baixa demanda. O programa deverá atender cerca de um milhão de pessoas, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Regional.



### FAIXAS DO PROGRAMA CASA VERDE E AMARELA

GRUPO	RENDA	JUROS (SUL, SUDESTE E CENTRO OESTE)	JUROS (NORTE E NORDESTE)
1	até R\$ 2 mil (para Norte e Nordeste será de R\$ 2,6 mil)	5% a 5,25% (não cotista) e 4,5% a 4,75% (cotista)	4,75% a 5% (não cotista) e 4,25% a 4,5% (cotista)
2	até R\$ 4 mil	5,5% a 7% (não cotista) e 5% a 6,5% (cotista)	5,25% a 7% (não cotista) e 4,75% a 6,5% (cotista)
3	até R\$ 7 mil	8,16% (não cotista) e 7,66% (não cotista)	8,16% (não cotista) e 7,66% (cotista)



## PROJETO DO SENADOR ZEQUINHA AMPLIA ATUAÇÃO DA CODEVASF NO PARÁ

O senador Zequinha Marinho é autor de projeto (PL 5372/2020) que amplia a atuação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) para todas as bacias de rios do estado do Pará. O senador destaca que a Codevasf tem importante papel no desenvolvimento social e econômico das regiões em que atua — hoje, a empresa atende 98 municípios paraenses, todos na porção leste do estado. Em todo o país, são 16 estados que fazem parte da área de abrangência da Codevasf.

Segundo o senador Zequinha, o projeto beneficiará principalmente as cidades da foz do Rio Amazonas e da Baía do Marajó, no norte paraense, que estão entre as mais pobres do estado. O Pará também é atravessado pelos rios Tocantins, Xingu e Tapajós.

“A riqueza de recursos naturais ali existente precisa ser utilizada de forma racional e sustentável, o que poderá ser alcançado com a aplicação do conhecimento técnico adquirido pela Codevasf para analisar as necessidades das populações locais e promover o desenvolvimento econômico e social daquela porção do território paraense”, escreve Zequinha na sua justificativa para o projeto.

A Codevasf desenvolve projetos de irrigação para agricultura, a revitalização de bacias hidrográficas e a redução dos efeitos da estiagem por meio da oferta de água para consumo humano e animal nas regiões em que atua.

Representação — Além de ampliar a área de abrangência da Codevasf, o senador tem buscado garantir que a empresa instale sede regional no Pará. Em reunião

com o diretor-presidente da companhia, Marcelo Moreira, o parlamentar tratou sobre a possibilidade de implantação de um escritório da companhia em Belém. Desde 2018, o Pará tem sido beneficiado pela atuação da empresa pública vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).

Além da sede em Brasília, a Codevasf tem oito superintendências regionais, sete delas em municípios da região nordeste e uma na cidade de Montes Claros, em Minas Gerais.

“A ideia é levar uma estrutura da Codevasf para o Pará. Dessa forma, além de apresentar melhor a atuação da empresa pública, iremos fortalecer a execução de obras e projetos nos 98 municípios paraenses que fazem parte da sua área de cobertura”, explica o senador Zequinha Marinho.

A Codevasf tem por missão desenvolver as bacias hidrográficas de 17 rios brasileiros, dentre eles o Rio Tocantins, que passa pelo estado do Pará. Pautada em ações que promovam a redução das desigualdades regionais, a companhia executa projetos de desenvolvimento social por meio de execução direta ou de parcerias.



# SENADOR COMEMORA CERTIFICAÇÃO NACIONAL DOS FRIGORÍFICOS PARAENSES

Dono do 5º maior rebanho bovino do país, o Pará tem avançado numa série de ações no sentido de fortalecer e abrir novos mercados internacionais para a produção paraense. Nos últimos dois anos, o senador Zequinha Marinho reuniu com representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para eliminar as barreiras que ainda existem para a carne paraense. No último dia 23 deste mês foi publicada a formalização da certificação SISBI-POA aos frigoríficos paraenses, que permite a ampliação a nível nacional, do mercado paraense de produtos de origem animal.

“Essa é uma importante vitória para o nosso Estado. Há algum tempo vínhamos lutando por esse reconhecimento. Com a certificação do MAPA, os produtos dos frigoríficos paraenses poderão, a partir de agora, ser objeto de comercialização entre outros estados do país, o que antes estava proibido pela falta do selo de inspeção de origem animal”, comemora o senador Zequinha Marinho.

Para o senador, a certificação dos frigoríficos paraenses é um importante passo para a ampliação de mercado da carne paraense e um claro sinal de que é possível conquistar o mercado internacional que até então estava fechado para o produto made in Pará. “Apesar das travas internacionais, o Pará tem uma importante produção neste segmento. Com a ampliação de mercado, criamos um ambiente propício para a criação de novos empregos e de renda para o Estado e os municípios produtores”, analisa o senador.

A inspeção e a fiscalização de produtos de origem animal e vegetal são de competência da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (Ade-



## SENADOR ZEQUINHA APRESENTA PROJETO QUE CRIA O PRONAF MARAJÓ

Como forma de transformar a realidade local e promover a melhoria da qualidade de vida dos quase 600 mil habitantes da Região do Marajó, o senador Zequinha Marinho apresentou projeto de lei (PL 486/2020) criando uma linha especial do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A medida incentiva agricultores e empreendimentos familiares rurais situados no arquipélago do Marajó.

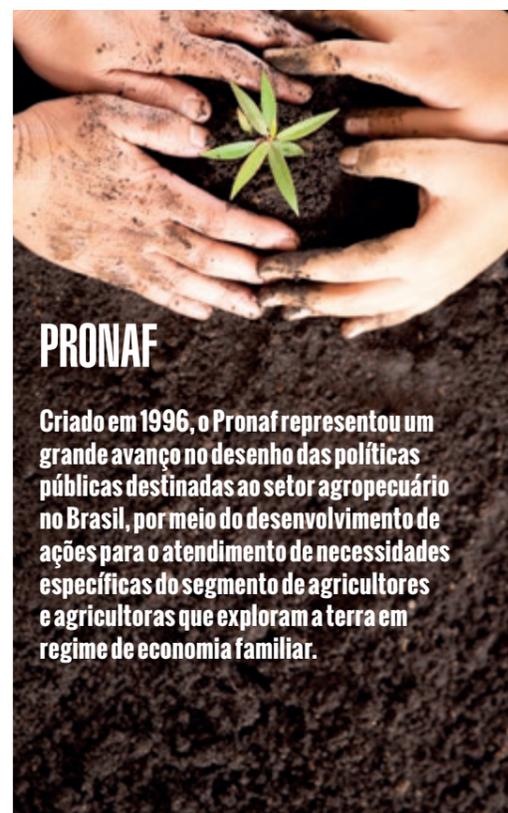
A proposta do Pronaf Marajó se pauta na Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, que tem como princípio a redução das desigualdades sociais e regionais.

Ao explicar que o Pronaf Marajó vai determinar ao Poder Público o estabelecimento de condições especiais para os

agricultores e agricultoras familiares do Marajó no que tange ao crédito rural e à assistência técnica e extensão rural, o senador Zequinha Marinho reforça a necessidade de se combater a pobreza na região.

“Do total da população do Marajó, 57,06% se encontra abaixo da linha da pobreza. Precisamos somar esforços aos governos do estado e federal, que recentemente lançaram iniciativas para o arquipélago, de forma a garantir mais empregos e estimular a geração de renda na região”, comentou o senador.

O projeto do Pronaf Marajó está sendo analisado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), onde terá decisão terminativa. Se aprovado, segue direto para a Câmara dos Deputados.



### PRONAF

**Criado em 1996, o Pronaf representou um grande avanço no desenho das políticas públicas destinadas ao setor agropecuário no Brasil, por meio do desenvolvimento de ações para o atendimento de necessidades específicas do segmento de agricultores e agricultoras que exploram a terra em regime de economia familiar.**

Apesar das travas internacionais, o Pará tem uma importante produção neste segmento. Com a ampliação de mercado, criamos um ambiente propício para a criação de novos empregos e de renda para o Estado e os municípios produtores

Comemora o senador Zequinha Marinho sobre a certificação dos frigoríficos paraenses

pará), que solicitou ao MAPA a certificação. Para conquistar o selo, a Adepará precisou atender uma série de exigências e normas estaduais e federais estabelecidas pelo MAPA e publicadas na Instrução Normativa nº 17/2020. Uma das exigências, por exemplo, foi o cadastramento dos serviços de inspeção, além da elaboração e apresentação de um Plano de Trabalho.

Agora com a certificação do SISBI-POA, todas as ações de serviço de inspeção passam a ter poder legal, o que garante um produto melhor, com mais arrecadação ao estado e com a indústria paraense podendo levar seus produtos a todo o país. Isso terá um impacto positivo em toda a cadeia produtiva, fortalecendo a agroindústria familiar e a média e grande indústria.



# SENADO TRANSFORMA PRONAMPE EM POLÍTICA PÚBLICA PERMANENTE

Apesar do cenário de crise provocado pela pandemia do novo coronavírus, a economia brasileira tem mostrado sinais de resistência como o crescimento de 7,7% do PIB no terceiro trimestre de 2020. O resultado é percebido na comparação do trimestre anterior. A indústria (14,8%) e o setor de serviços (6,3%) registraram os melhores desempenhos no período. O Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) foi uma das ferramentas essenciais para mitigar os impactos na economia brasileira.

Criado em maio com o objetivo de apoiar pequenos negócios afetados pela pandemia, o Pronampe seria inicialmente

um sistema de crédito emergencial para a pandemia. Dada os incentivos que vêm sendo fornecidos para as micro e pequenas empresas e sua contribuição para a economia brasileira, o Senado Federal aprovou no final de 2020 o projeto de lei que transforma em política pública permanente o Pronampe.

“A recuperação mais rápida da economia brasileira é uma prioridade neste momento e, ao experimentar um programa com operações de crédito mais competitivas, ficou claro a necessidade de fazer do Pronampe uma política pública permanente para auxiliar as empresas nacionais nesse processo de recuperação”, comentou o senador Zequinha Marinho.

A estimativa do governo federal é que o Pronampe já tenha destinado cerca de R\$ 32,8 bilhões às micro e pequenas empresas, incluindo o crédito a profissionais liberais e pessoas físicas, por meio do Fundo Garantidor de Operações (FGO). Nas duas primeiras fases do programa, os recursos concedidos atenderam a 475.889 operações de crédito em todo o país.

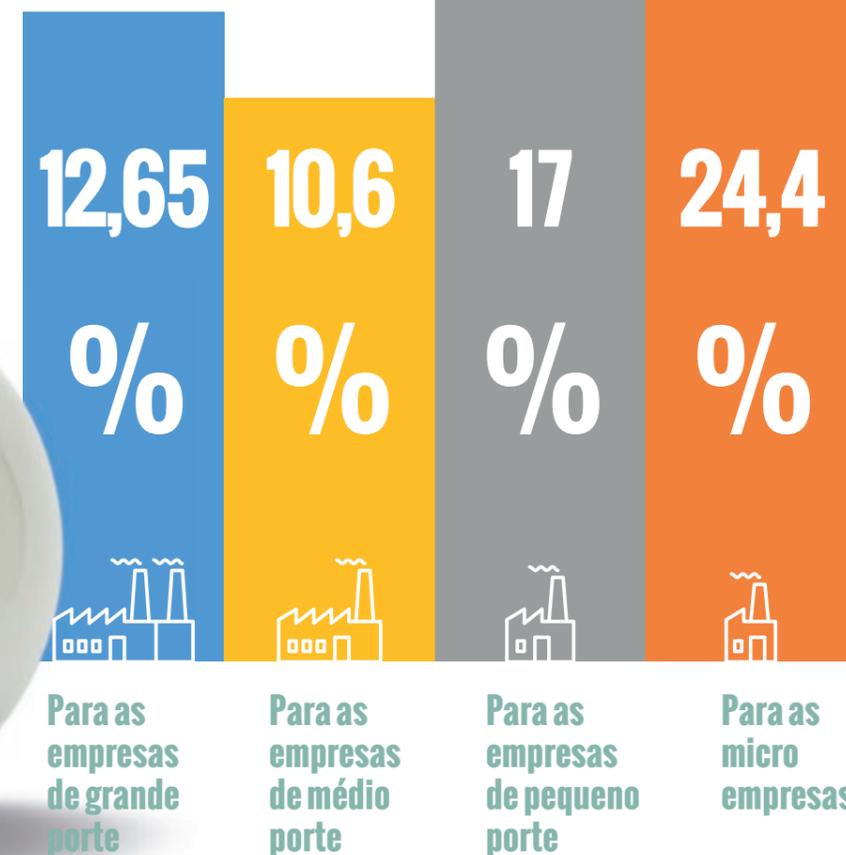
Com taxa de juros mais competitiva e adequada às micro e pequenas empresas, o Pronampe oferece crédito a um custo de 1,5% ao ano, para as micro e pequenas empresas e de taxa Selic mais 5% para os profissionais liberais.

As operações de crédito viabilizadas pelo Pronampe podem ser utilizadas

## MAIS CRÉDITO PARA AS EMPRESAS



Em 2020, o Pronampe e outras políticas de acesso ao crédito tornaram mais fáceis a concessão de recursos para as empresas, aumentando as operações em relação a 2019.



FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB)

para investimentos e capital de giro isolado ou associado ao investimento. Isso significa que as micro e pequenas empresas poderão utilizar os recursos obtidos para realizar investimentos (adquirir máquinas e equipamentos, realizar reformas) e/ou para despesas operacionais (salários dos funcionários, pagamentos

de contas como água, luz, aluguel, compra de matérias primas e mercadorias, entre outras).

Para o senador Zequinha, a permanência do Pronampe como política pública garantirá que mais empresários que foram impactados pela pandemia possam acessar o programa, estimulando

a concessão de crédito e fortalecendo a economia. “Apesar do resultado do PIB observado no terceiro trimestre, sabemos que a crise bateu forte nas empresas. Assim, ao garantir a continuidade do programa ampliamos o acesso ao crédito, algo que era, até então, muito complicado em nosso país”, comentou.



# COM PARTICIPAÇÃO DE 2,5% DO PIB, MINERAÇÃO ENTRA NA LISTA DE PRIORIDADES DO GOVERNO

Lançado no final de 2020 pelo governo federal, o Programa Mineração e Desenvolvimento (PMD) foi tratado pelo senador Zequinha Marinho em videoconferência com o secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Alexandre Vidigal. A reunião detalhou as ações do programa que deverá impulsionar a atividade mineral no país.

Apesar do setor mineral contribuir com cerca de 2,5%, gerando mais de R\$ 50 bilhões em tributos e royalties ao ano e mais de 3 milhões de empregos diretos e indiretos, a mineração sofre com problemas de morosidade na análise de processos, falta de dados e excesso de burocracia.

“Nosso compromisso é com o crescimento quantitativo e qualitativo. Crescer com responsabilidade, com sustentabilidade”, comentou Vidigal ao apresentar detalhes do PMD. Formatado em 110 metas, o programa prevê ações em 10 áreas de concentração temática para mineração para o período de 2020-2023.

Dentre as ações, o programa espera melhorar a percepção social do setor mineral, divulgando a mineração como atividade essencial para a sociedade.

“Um setor que garante R\$ 50 bilhões (no 3º trimestre de 2020) ao país não pode ser tratado como esse bicho papão. A reputação da mineração do Brasil tem que mudar”, explicou o secretário.

Para o senador Zequinha, é fundamental que o plano atue para que a sociedade possa conhecer os pontos positivos da mineração.

Desde que o governo federal montou um Grupo de Trabalho para modernizar e desburocratizar os processos da mineração, o senador vinha contribuindo por meio de sugestões colhidas com o próprio setor e técnicos da área. “Em 2017, o governo chegou a encaminhar ao Congresso a MP 790, que modernizava o Código Mineral. Infelizmente, pressões externas impediram o debate democráti-

co a cerca desse tema”, relatou o senador que pontua a “importância do papel do atual governo em retomar os debates na busca de uma solução que acabe com a ilegalidade e ofereça ferramentas adequadas para que os trabalhadores dessa área tenham segurança jurídica e possam se regularizar”.

Dentre as metas previstas, o PMD prevê estimular a pesquisa geológica de bens minerais de baixo impacto ambiental e alto ganho social. “Estive com sete embaixadores do bloco europeu para visitar a Região de Carajás. Fomos ver como o próprio empreendimento mineral cuida da preservação”, disse o secretário que reforçou a necessidade de estimular a recuperação de áreas afetadas pela mineração e adoção de boas práticas.

## R\$ 153 BILHÕES

**UM SETOR QUE GARANTE ESTE VALOR AO PAÍS NÃO PODE SER TRATADO COMO ESSE BICHO PAPÃO. A REPUTAÇÃO DA MINERAÇÃO DO BRASIL TEM QUE MUDAR.**

# SENADOR ZEQUINHA AMPLIA PROGRAMA DE BANDA LARGA NO NORTE

Ao votar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2021, o Congresso Nacional garantiu a emenda apresentada pelo senador Zequinha Marinho que amplia o Programa Norte Conectado. A ideia é implantar uma infraestrutura de telecomunicações na Região Norte do país através do lançamento de cabos subfluviais de fibra óptica ao longo do leito do Rio Amazonas.

Como forma de fortalecer o programa e indicar sua priorização para o Poder Executivo, o senador Zequinha Marinho apresentou emenda de texto para estender em 2.050 km de cabos de fibra óptica para que a região oeste do Pará possa contar com internet de banda larga, de alta velocidade e baixa latência, com capacidade inicial de 100 gbps, de fácil expansão para 1tbps.

“Durante a pandemia, ficou explicitada a relevância das telecomunicações na vida das pessoas. Por meio das redes, pudemos manter nossas rotinas, apesar das medidas de restrição. Nessa região de abrangência do programa, as condições dos meios de comunicação são precárias por falta de infraestrutura. Faz-se, portanto, necessário atender essa demanda na região por uma ampliação do acesso à internet, a melhoria da segurança e a resiliência das redes e a redução de seus custos de acesso”, comentou o senador Zequinha.

O Programa Norte Conectado prevê a construção de 10 mil quilômetros de infraestrutura em fibra óptica em ambiente subfluvial, ligando 59 municípios de seis estados, entre eles o Pará. A pro-



**Durante a pandemia, ficou explicitada a relevância das telecomunicações na vida das pessoas. Por meio das redes, pudemos manter nossas rotinas, apesar das medidas de restrição**

**Senador Zequinha Marinho, sobre o no no nononononono nonono nonononono**

jeção é que mais de 9 milhões de pessoas sejam beneficiadas pela iniciativa.

Estruturado em nove etapas, o Norte Conectado terá como fase inicial a instalação de um trecho de fibra óptica de 650 quilômetros que interligará quatro cidades: Macapá (AP), Alenquer (PA), Almerim (PA) e Santarém (PA). Nesse primeiro trecho vão ser beneficiadas 165 escolas, além de tribunais e hospitais. São 950 mil pessoas que vão passar a ter acesso à internet de banda larga. A estimativa é que essa etapa seja concluída no primeiro semestre de 2021.

O Programa Norte Conectado foi possível através de parceria entre o Ministério das Comunicações, Conselho Nacional de Justiça, Ministério da Educação e o Senado Federal. A iniciativa também conta com a parceria do setor privado e governos locais.

# SENADOR ZEQUINHA MARINHO

## 2º ANO DO MANDATO

Nessa linha do tempo, destacamos algumas das principais agendas assumidas pelo senador como forma de defender o Pará e garantir melhores condições de vida aos paraenses.



Apresentação de grupo regional do Marajó no Salão Negro do Congresso Nacional.



Senadores votam a PEC 10/2020, que permite que os gastos emergenciais com o combate à pandemia sejam separados do Orçamento.



Marcos Corrêa/PR

Parlamentares do PSC participam de café da manhã com o presidente Bolsonaro.



Reunião com a equipe da Secretaria de Governo para tratar sobre questões ambientais no Pará.



Fala à imprensa sobre investimentos no estado.



No Marajó, ao lado da ministra Damares Alves e parlamentares do Pará, no lançamento do Programa Abrace o Marajó.



Com representantes do setor da piscicultura.

FEV MAR ABR MAI JUN JUL AGO SET OUT NOV DEZ

Marcos Oliveira/Agência Senado



Primeira Sessão Deliberativa Remota do Senado Federal.



Votação de projeto que permite instituições públicas a produzirem respiradores e álcool em gel.



Com equipe do governo federal para debater assuntos do estado.



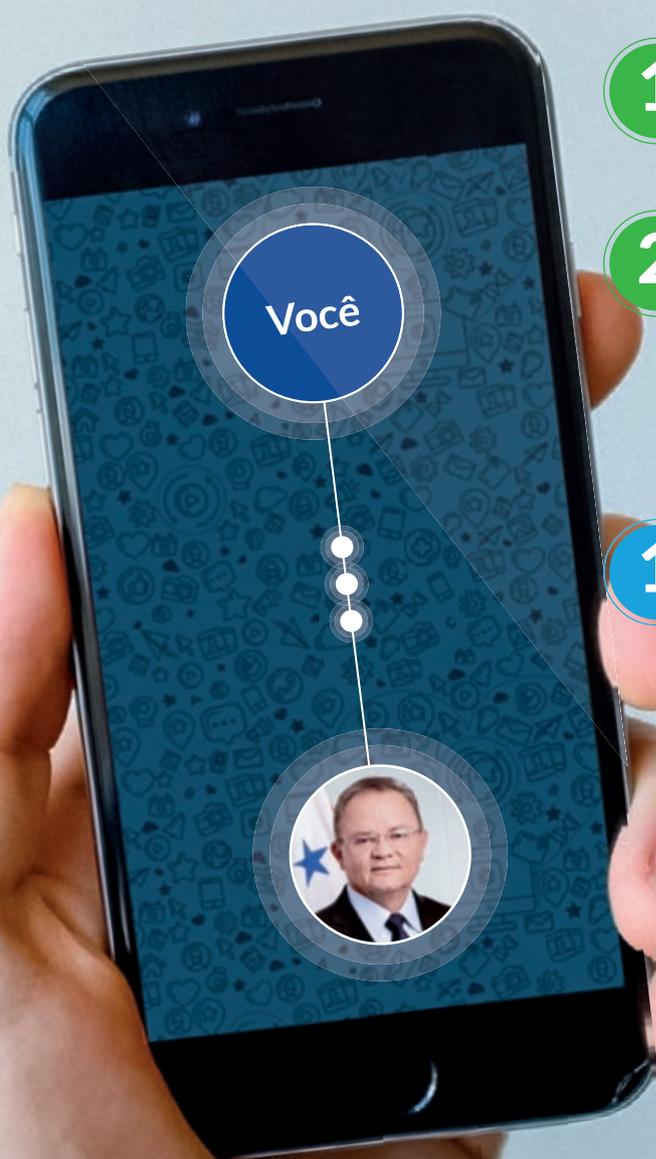
Videoconferência com o ministro do TCU, Benjamin Zymler.



No escritório de Belém, reunido com representantes de cooperativas de crédito.

# Quer receber informações do mandato do Senador Zequinha Marinho?

Faça parte da nossa lista de transmissão no WhatsApp e do nosso canal do Telegram.



WhatsApp

1

Adicione este número aos seus contatos  
(61) 99881-0020

2

Envie um mensagem dizendo:  
" Oi, eu quero fazer parte da lista de transmissão.  
Meu nome é (seu nome).



Telegram

1

Inscreva-se em nosso canal:  
[t.me/ZequinhaMarinhoOficial](https://t.me/ZequinhaMarinhoOficial)

Também estamos nos seguintes canais:



[zequinhamarinho.com.br](http://zequinhamarinho.com.br)



[/zequinhamarinhooficial](https://www.facebook.com/zequinhamarinhooficial)



[@zequinhamarinhooficial](https://www.instagram.com/zequinhamarinhooficial)



[@zequinhamarinho](https://twitter.com/zequinhamarinho)



[/ZequinhaMarinhosenador](https://www.youtube.com/ZequinhaMarinhosenador)

SENADOR  
**ZEQUINHA**  
MARINHO